

FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO LITORAL DO PARANÁ

Cintia Virginia de Campos¹; Jessica Puhl Croda²; Camila Arielle Bufato Moreira³; Cassio Preira⁴; Valdir Frigo Denardin⁵.

GT 5: Desenvolvimento Territorial, Transição Agroecológica e Alimentos

Resumo

O presente artigo expõe resultados do programa de pesquisa NAPI Alimento e Território – Núcleo Litoral, iniciativa nos moldes dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação que conta com apoio e financiamento da Fundação Araucária e Secretária de Ciência e tecnologia e Ensino Superior (SETI). Tem como intuito abordar as ações desenvolvidas pela equipe do projeto até o presente momento, que visam a reestruturação da Cozinha Comunitária Candonga, na Comunidade Candonga (Morretes-PR), a Agroindústria da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger (Antonina-PR) e apoiar a Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU) na sua reestruturação e fortalecimento, tendo como principal objetivo valorizar as potencialidades locais e analisar a importância do fortalecimento comunitário e os impactos gerados. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, por meio de rodas de conversa, reuniões, caminhadas transversais, realização de oficinas temáticas e estudo bibliográfico. Pretende-se mobilizar os atores locais para que estes participem de forma efetiva e coletiva em todos os processos, desde a identificação do problema até a elaboração de estratégias para sua resolução e transformação, de forma horizontal, gerando produção e troca de conhecimentos e saberes, além de ressaltar a importância das agroindústrias e cozinhas comunitárias enquanto uma ferramenta de promoção do desenvolvimento territorial sustentável e de emancipação social.

Palavras-chave: Agroindústrias comunitárias; Cozinhas comunitárias; Desenvolvimento territorial sustentável; Pesquisa-ação; Fortalecimento comunitário.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: cintiacampos@ufpr.br. ORCID 0009-0006-8622-0216.

² Doutora em Engenharia Florestal; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável/UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: jessicacroda@ufpr.br ORCID: 0000-0003-2752-5053

³ Doutora em Engenharia Ambiental; UFPR/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável; Matinhos, Paraná, Brasil. camilabufato@gmail.com: ORCID: 0000-0001-6355-9168

⁴ Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/Universidade Federal do Paraná; Curitiba, Paraná, Brasil; cassiopereira@ufpr.br; <https://orcid.org/0009-0004-0589-3423>.

⁵ Doutor em Desenvolvimento e Agricultura; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável/UFPR; Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: valdirfd@ufpr.br ORCID: 0000-0002-8074-6544

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, o espaço-território é carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (LACOUR, 1985), representando o resultado de uma construção social e, portanto, criado por um sistema de atores locais (PECQUEUR; COLLETIS, 1993). Dessa forma, é possível pensar seu desenvolvimento considerando a disponibilidade de recursos como elementos da natureza e “saber fazer” dos coletivos, respectivamente (DENARDIN; SULZBACH, 2019).

O litoral paranaense apresenta uma rica biodiversidade, abrigando o maior remanescente contínuo de Floresta Atlântica Costeira do Brasil (TIEPOLO; DENARDIN, 2016). Atualmente, dispõe de 44 Unidades de Conservação, de todas as esferas de gestão, e que compreende 82,6% da superfície de seu território (PAULA; PIGOSSO; WROBLEWSKI, 2018).

Segundo Alves (2008), as comunidades buscam mecanismos de adaptação na tentativa de superar as crises econômicas, baseando-se principalmente em atividades apoiadas na agricultura familiar. Nesse sentido, se destaca, sobretudo, a pluriatividade com atividades relacionadas a agroindustrialização, artesanato com fibras naturais (bananeira e cipó imbé) e o turismo comunitário e solidário, consolidando-se em um arranjo socioprodutivo de base comunitária.

Empoderar os atores locais e reforçar o elo existente entre as comunidades e o território, somado ao resgate do sentimento de pertencimento e a compreensão da importância da conservação da natureza, são fatores relevantes quando se pensa em desenvolvimento territorial sustentável. Diante disso, valorizar os saberes em torno do alimento e do território, representa a resistência e resiliência das comunidades rurais, que mobilizadas nas agroindústrias e cozinhas comunitárias, se consolidam como instrumentos de fortalecimento coletivo e de projeto de vida das famílias que vivem no território.

De acordo com Mior (2005), a atividade de processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores se constitui em uma importante estratégia para a agricultura familiar. Para o autor, o desenvolvimento da agroindústria nos territórios pode contribuir positivamente no fortalecimento da economia local e dos sistemas agroecológicos de produção. Dessa forma, é importante ressaltar que as agroindústrias colaboram para o desenvolvimento territorial por atuar na diversificação dos produtos ofertados pelas famílias e fortalecer a geração de novas interações sociais (ALBARELLO; ALBERTO JUNIOR; DEPONTI, 2019).

O desenvolvimento territorial sustentável busca conciliar as dimensões social, ambiental e econômica, em busca do equilíbrio entre o homem, os arranjos produtivos e a natureza. Neste contexto, a reestruturação das unidades de processamento (agroindústria e cozinha comunitária) surgiu enquanto uma estratégia para potencializar e diversificar a produção de alimentos, bem como uma alternativa de geração de renda para as famílias, contribuindo, assim, a permanência destas no território.

Diante disso, o presente artigo pretende analisar a importância do fortalecimento comunitário e os seus impactos gerados a partir das ações de valorização das potencialidades locais e de reestruturação de uma agroindústria (Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger) e de uma cozinha comunitária (Comunidade Candonga), bem como apoiar a Associação Comunitária do Guaraguaçu na sua reorganização, por meio das ações do projeto NAPI Alimento e Território.

Do ponto de vista estrutural, este artigo está organizado em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda os fundamentos teóricos do desenvolvimento territorial sustentável e o papel das agroindústrias e cozinhas comunitárias como estratégias de emancipação social. A segunda apresenta a pesquisa-ação como metodologia norteadora da pesquisa, destacando seus princípios e potencial transformador. A terceira seção detalha a operacionalização da pesquisa, descrevendo as etapas do processo metodológico aplicado nas três comunidades do litoral paranaense. O caminho percorrido permite compreender tanto os fundamentos conceituais, quanto a aplicação prática das ações desenvolvidas pelo NAPI Alimento e Território.

2 ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO: O DESENVOLVIMENTO COMO UM PROCESSO MULTIDIMENSIONAL

Segundo Perroux (1969; pag. 205), “o desenvolvimento é a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e sustentavelmente, o seu produto real global”. No entanto, por estar fortemente associado ao sentido de crescimento econômico, acabou por ser reduzida ao princípio da de bens para acumulação ou troca de serviços para atender interesses privados (SABORIN, 2011).

Para evitar que o desenvolvimento, enquanto conceito, seja sempre associado ao crescimento econômico, numa lógica onde o sistema mercantilista é fator determinante da sua existência, é necessário que se compreenda seus vieses sociais. Neste sentido é

preciso que o desenvolvimento seja pensado de forma multidimensional, mobilizando as dimensões econômica, social e ambiental, devendo também ser sustentável e considerado na escala territorial.

O conceito de desenvolvimento associado ao crescimento econômico preconiza a manutenção dos privilégios das elites, perpetuando sua dominância por meio da constante busca pela modernização e da manutenção das desigualdades sociais (FURTADO, 2004). Para Furtado (2004) é preciso pensar o desenvolvimento desvinculado do crescimento econômico e do acúmulo desenfreado de recursos, ressaltando seu caráter social para assim garantir condições suficientes para assegurar dignidade à maioria da população.

Furtado (2004) também ressalta que somente duas frentes teriam forças para promover efetivas mudanças no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que permita o acesso às tecnologias de vanguarda. Segundo o autor, somente por meio dessas transformações seria possível reestruturar as bases econômicas e sociais, para dessa forma possibilitar um modelo de desenvolvimento mais inclusivo.

De acordo com Sachs (1986), o desenvolvimento pode ser entendido como um processo intencional de transformação das estruturas socioeconômicas, que tem enquanto objetivo garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver uma vida plena e justa. Isso envolve a promoção de meios de subsistência dignos e a melhoria contínua do bem-estar, respeitando as diferentes interpretações e prioridades que cada sociedade atribui a essas metas em distintos contextos históricos. Destarte, a visão do autor sobre o conceito de desenvolvimento vai além do crescimento econômico tradicional, pois aborda dimensões sociais, ambientais e humanas, enfatizando a importância da sustentabilidade e da justiça social.

O conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Sachs (1986), estabelece a importância de soluções territorializadas que considerem as particularidades ecológicas e culturais de cada região. Segundo o autor, essa abordagem "dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais" (SACHS, 1986, p. 18). Posteriormente, Sachs (2000) amplia essa discussão ao afirmar que o desenvolvimento sustentável requer uma ação ecologicamente orientada, que combine viabilidade econômica, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, o desenvolvimento territorial sustentável surge enquanto um processo que se enquadra nas cinco dimensões do ecodesenvolvimento sugerida por Sachs (2000), sendo elas: social, cultural, ecológica, espacial e econômica. Como destaca

o autor, o desenvolvimento sustentável depende da capacidade de agir ecologicamente, fazendo um uso responsável dos recursos naturais, promovendo a inclusão social e garantindo a viabilidade econômica a longo prazo.

Enquanto modelo de desenvolvimento pluridimensional e integral, o desenvolvimento territorial sustentável ultrapassa a lógica do crescimento econômico em seu caráter tradicional, potencializando os âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Segundo Sachs (1986), trata-se de um modelo que se fundamenta nas identidades locais e suas relações com o meio ambiente, baseadas no racionalismo e na prudência ecológica, sendo, dessa forma, um modelo de desenvolvimento que pretende fortalecer a coletividade e a autogestão, promovendo justiça social e sustentabilidade.

3 PESQUISA-AÇÃO: ENFOQUE METODOLÓGICO

A pesquisa-ação é um método de pesquisa social que busca construir conhecimentos científicos através da ação coletiva, considerando aspectos sociopolíticos com ênfase empírica que foca na ação transformadora para resolução de situações problemáticas (THIOLENT, 2011). Envolvendo de forma efetiva os participantes ou atores, que passam de sujeitos para parceiros no processo pesquisa e investigação, este método se caracteriza por um ciclo contínuo de reflexão, ação e interação entre os envolvidos (MOREIRA, C., A., B.; CRODA, J., P.; DE QUADROS, D., A, 2024). Nesse sentido, para reduzir a distância entre teoria e prática, preserva-se as especificidades da abordagem da ciência e da abordagem da ação (DIONNE, 2007).

Considerada um método de caráter emancipatório, a pesquisa-ação se consolida quando a necessidade de uma ação transformadora é reconhecida pelo próprio público-alvo da pesquisa, através de um processo de reflexão crítica em grupo, no qual os pesquisadores exercem o papel de facilitadores (FRANCO, 2005). Segundo Do Nascimento *et al* (2024, p.2), a Pesquisa-Ação “privilegia aspectos sociopolíticos e tem uma ênfase empírica que foca na ação transformadora para resolução de situações problemáticas”.

Segundo Verdejo (2006), as comunidades devem participar ativamente na construção do próprio diagnóstico, estando assim inseridos efetivamente na autogerencia do seu planejamento e desenvolvimento. Para Do Nascimento *et al* (2024), a pesquisa-ação possui cinco características fundamentais, sendo elas: (1) a necessidade de interação

constante entre pesquisadores e atores; (2) toda pesquisa-ação requer objetivos de conhecimento e objetivos de ação; (3) a geração conhecimentos originais; (4) critérios específicos de objetividade científica; e (5) compromisso com a dimensão sociopolítica.

A primeira característica versa sobre a interação pesquisadores/atores, ou seja, uma interação em que atores e pesquisadores participam ativamente da pesquisa, desde sua construção até a resolução dos problemas coletivos. Segundo Dionne (2007) a presença do hífen presente no termo pesquisa-ação destaca a aliança entre pesquisadores e atores em uma atuação conjunta. Para Morin (2004), a ação conjunta entre pesquisadores e atores é diretamente proporcional à integralidade da Pesquisa-Ação, ou seja, quanto maior for o envolvimento das duas categorias, mais integral será a Pesquisa-Ação.

Essa ação conjunta entre atores e pesquisadores se contrapõe ao método positivista, uma vez que neste método o sujeito (pesquisador) e objeto (atores) não atuam de maneira conjunta e igualitária, sob pretexto de se preservar a neutralidade do pesquisador. A Pesquisa-Ação estabelece uma relação estreita entre pesquisadores e atores, onde todos são sujeitos da pesquisa, em que os primeiros se envolvem nos processos de transformação social enquanto os segundos se envolvem no processo da pesquisa (DE CAMPOS, C., V.; GOMES, A., L.; LOPES, P., R., 2024).

A segunda característica da Pesquisa-Ação é a busca por objetivos de conhecimento e objetivos de ação. A pesquisa-ação tem enquanto desafio a passagem da teoria à prática produzindo conhecimentos e promovendo a resolução de situações-problema (DIONNE, 2007). Além disso, deve ir além dos objetivos de ação que visam a resolução de problemas práticos, construindo conhecimento a partir de informações sobre a situação (THIOLLENT, 2011). Segundo Dionne (2007, p. 37), a “[...] pesquisa se apoia em regras metodológicas de caráter científico, ao passo que a ação se constrói com base em processos de planejamento de diversas práticas táticas”.

A terceira característica da Pesquisa-Ação fala sobre a forma original como o conhecimento que é produzido por meio da interação entre o pesquisador e o ator. Para Thiollent (2011), a pesquisa-ação é capaz de obter informações que tem sua existência vinculada a ações coletivas e concretas, ou seja, é a atuação conjunta entre os sujeitos que constrói o conhecimento original, o que não aconteceria em situações de observação passiva.

A quarta característica aborda as estratégias metodológicas necessárias para assegurar o caráter científico da Pesquisa-Ação:

1. Substituir a neutralidade pelo consenso se faz necessário para Thiollent (2011), pois a realização da Pesquisa-Ação deve acontecer por meio de ações coletivas e em situações reais, por isso é importante que a metodologia mobilize o consenso coletivo, gerando informações de qualidade e evitando manipulações.

2. Em pesquisas de caráter qualitativo, como pesquisa-ação, a argumentação é o recurso que substitui a demonstração (presentes nas pesquisas qualitativas). No campo das ciências sociais “muitas vezes basta uma refutação verbal ou uma boa argumentação favorável que leve em conta testemunhas e informações empíricas” desde que inclua os atores sociais (THIOLLENT, 2011, p. 39).

3. Diretrizes qualitativas serão responsáveis pela orientação da pesquisa, com tendo sua comprovação fundamentada a partir da argumentação crítica coletiva, que irá estabelecer pontes entre as ideias gerais e a observação concreta (THIOLLENT, 2011).

4. Adaptação quanto às inferências e generalizações: Enquanto a pesquisa convencional produz conhecimentos generalizáveis, a Pesquisa-Ação busca uma ação específica, porém de impacto teórico, também podendo ser generalizável Dionne (2007).

5. Controle ético: A descrição de um problema irá determinar a ação para sua resolução. Segundo Thiollent (2011, p. 48) é metodologicamente condenável que o ponto de partida seja as exigências normativas, pois “o pesquisador pode ser levado a descrever os fatos de um modo favorável às consequências práticas correspondentes às exigências daquela norma”. Neste sentido, cabe ao pesquisador exercer o controle metodológico, evitando assim efeito de “contaminação”.

A quinta característica da Pesquisa-Ação é o compromisso com a dimensão sócio-política. Para Dionne (2007) a Pesquisa-Ação tem uma função sociopolítica diretamente ligada aos problemas gerados pela dominação social e pelo controle do conhecimento. Segundo Thiollent, por razões éticas e levando-se em conta as desigualdades de acesso ao conhecimento científico, a Pesquisa-Ação deve priorizar as classes populares e as ações de natureza social e solidária.

3.1 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO

O NAPI Alimento e Território é um projeto de Pesquisa-Ação, nos moldes dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação, que visam promover a pesquisa científica e a inovação tecnológica por meio de redes colaborativas entre universidades, centros de pesquisa, empresas e outras instituições (FA, 2019). No Litoral do Paraná, o projeto é

desenvolvido na Universidade Federal do Paraná (setor Litoral) e Instituto Federal do Paraná (IFPR Campus Paranaguá) e tem suas ações voltadas para o apoio e fortalecimento a associações comunitárias e à reestruturação de duas unidades de processamento (agroindústria e cozinha comunitária), visando potencializar a transformação de produtos oriundos da sua agrobiodiversidade, tendo como ponto de culminância a aquisição de equipamentos viabilizados através de recursos disponibilizados pela Fundação Araucária.

O projeto atua em parceria com três comunidades localizadas em diferentes municípios do Litoral do Paraná, todas situadas em áreas de relevante importância ambiental. A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger está estabelecida no município de Antonina, dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Em Morretes, desenvolve-se o trabalho com a Comunidade Candonga, inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (OLIVEIRA; SARNEY, 2000). Já no município de Pontal do Paraná, as ações são realizadas com a Comunidade do Guaraguaçu, se localiza na Estação Ecológica do Guaraguaçu, uma unidade de conservação estadual sob regime de proteção integral. Essas localizações estratégicas reforçam o compromisso do projeto com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável em áreas protegidas.

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, encontra-se próxima à Comunidade do Rio Pequeno, localizada na zona rural do município de Antonina (Figura 1). A Comunidade é organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), obtendo o reconhecimento como assentamento da reforma agrária no ano de 2022. Atualmente conta com 18 famílias e atua como núcleo organizativo da Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica - Filhos da Terra.

Figura 1- Localização da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger em Antonina, Paraná.



Fonte: Banco de dados do NAPI Alimento e Território, 2025.

Localizada no município de Morretes, a Comunidade Candonga se organiza por meio da Associação Comunitária Candonga (Figura 2). Fundada em 1998, tendo como principal objetivo a construção de sua cozinha comunitária, uma unidade de processamento voltada à produção e comercialização de alimentos agroecológicos (SAMPAIO; ALVES, 2013). Atualmente a associação conta com 23 famílias associadas.

Figura 2 - Localização da Comunidade Candonga no município de Morretes, Paraná.



Fonte: Banco de dados do NAPI Alimento e Território, 2025.

As margens do rio de mesmo nome, está situada a Comunidade do Guaraguaçu pertence ao município de Pontal do Paraná, Paraná (Figura 3). Sua organização se dá por meio da Associação Comunitária do Guaraguaçu (ACOMÇU), que tem atuado desde 1991 em diversas frentes, como a construção da capela da Igreja, a implantação do posto dos Correios, a gestão comunitária do cemitério e o apoio a serviços essenciais como a creche e o posto de saúde (Ramos, 2017).

Figura 3 – Localização da Comunidade do Guaraguaçu no município de Pontal do Paraná, Paraná.



Fonte: Banco de dados do NAPI Alimento e Território, 2025.

As ações do projeto tiveram início em setembro de 2023 na Comunidade Agroflorestal José Lutzenbergere em outubro do mesmo ano nas comunidades Candonga e Guaraguaçu. Desde então, o trabalho desenvolvido junto às comunidades tem se estabelecido através de uma relação dialógica verticalizada, em que as associadas e associados (atores sociais) das três comunidades atuam enquanto protagonistas na execução do projeto.

Levando em consideração as características da Pesquisa-Ação anteriormente mencionadas, a pesquisa se deu por meio de cinco etapas: 1-Estudo bibliográfico; 2-Reconhecimento do território; 3-Construção do plano de ação; 4-Execução do plano de ação e; 5-Avaliação e análise dos resultados. Neste contexto, as ações foram organizadas no seguinte formato: reuniões e rodas de conversa (aproximação e apresentação do projeto), elaboração de questionário semiestruturado aplicado em formato de entrevistas, construção de plano de ação, realização de oficinas formativas e análise e avaliação das ações desenvolvidas.

Na primeira etapa da pesquisa-ação desenvolveu-se um amplo estudo bibliográfico sobre as comunidades envolvendo artigos científicos, dissertações, teses e capítulos de livros, seguida de análise de dados secundários por meio do Censo Agropecuário e dos Cadernos Estatísticos do IPARDES (Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social). Estes estudos iniciais objetivaram entender melhor os territórios a partir de seu contexto histórico e sua realidade atual.

Posteriormente, avançando para a segunda etapa, realizou-se o contato direto com os atores sociais através de saídas de campo e rodas de conversa. Nessas oportunidades, dando continuidade à etapa diagnóstica da pesquisa, foram levantados aspectos sociais com ênfase na apresentação da história do território a partir dos olhares e vivências da comunidade. Ainda compondo esta etapa, um questionário semiestruturado foi elaborado pela equipe de pesquisadores do NAPI abordando os seguintes eixos: história de vida; aspectos sociais; aspectos produtivos e organizativos, agrobiodiversidade e processamento.

Na terceira etapa houve a construção do plano de ação em que foram realizadas reuniões junto as comunidades com a finalidade de elaborar coletivamente uma lista de equipamentos para reestruturação da agroindústria e cozinha comunitária e definir os temas para as oficinas formativas.

Atualmente, o projeto está na quarta etapa, que corresponde à execução do plano de ação. Essa fase envolve a realização de oficinas formativas elaboradas a partir das temáticas definidas na etapa anterior. A quinta e última etapa da Pesquisa-Ação consiste na análise e avaliação dos resultados. Como a Pesquisa-Ação ainda está em andamento esta etapa ainda está sendo construída, embora todas as ações executadas sejam avaliadas e refletidas durante as reuniões semanais da equipe.

4 NAPI ALIMENTO E TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES: AGROINDÚSTRIA, COZINHA COMUNITÁRIA E FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO

Foguessato et al (2018), considera agroindústrias familiares enquanto organizações formais ou informais onde famílias agricultoras assumem diferentes funções relacionadas diversos papéis na execução das atividades e na tomada de decisão. A Lei nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf) do Rio Grande do Sul, em seu artigo 2º declara que:

Agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal: estabelecimentos agroindustriais com pequena escala de produção dirigidos diretamente por agricultor (es) familiar (es) com meios de produção próprios ou mediante contratos de parceria, cuja produção abrange desde o preparo da

matéria-prima até o acabamento do produto, seja realizado com o trabalho predominantemente manual e que agregue aos produtos características peculiares, por processos de transformação diferenciados que lhes confirmam identidade, geral mente relacionados a aspectos geográficos e históricos culturais locais ou regionais

Segundo Tiepolo e Denardin (2016, p. 868) as vulnerabilidades socioeconômicas oriundas da ausência de políticas públicas foram responsáveis pela fragilização da identidade territorial, comprometendo a “perspectiva de futuro quanto ao desenvolvimento territorial sustentável construído por e para quem vive e, ainda, viverá no local”. Dessa forma, se faz necessário pensar em estratégias de desenvolvimento que priorizem o bem estar social e ambiental.

Agroindustrializar é transformar o que se colhe no campo, diminuindo as perdas de produção, agregando valor aos produtos processados e gerando impactos sociais, econômicos e ambientais. Neste sentido, as agroindústrias e cozinhas comunitárias, representam um importante mecanismo de valorização do território, podendo ser consideradas ferramentas de desenvolvimento, uma vez que favorecem a agricultura familiar, fortalecem a capacidade dos atores locais e permitem a geração de renda e retenção do valor agregado (BOUCHER; GONZÁLES, 2013).

4.1 TRÊS COMUNIDADES, TRÊS TRAJETÓRIAS: TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO

A experiência do projeto NAPI Alimento e Território mostra que o caminho para a transformação social não é linear, mas sim um processo dialético, marcado por avanços, recuos e aprendizados. Sob uma perspectiva crítica, as ações do projeto revelam as diferenças existentes entre as associações ao longo do tempo. Nesse sentido, é importante que se possa analisar a maneira como as ações do projeto foram executadas e o conhecimento construído a partir da realidade e vivência dos atores envolvidos.

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, que já executa o processamento de alimentos por meio da agroindústria presente em seu território, isso permite potencializar a agroindustrialização e os canais de comercialização. Neste contexto, as ações do projeto junto à comunidade tiveram início em setembro de 2023 e buscaram, desde o primeiro momento, não apenas apresentar a proposta, mas também estabelecer

um vínculo entre a equipe de pesquisa e as famílias assentadas. Contudo, foi a partir de dezembro do mesmo ano que as atividades ganharam maior solidez.

Esse cenário levou a equipe a adaptar os formatos de participação, buscando alinhar as ações à realidade e necessidades da comunidade. Dessa forma, foi possível avançar na construção de estratégias que entrassem em acordo com o cotidiano das famílias, respeitando o protagonismo e os ritmos de vida no assentamento.

A aquisição dos equipamentos elencados pela Comunidade para a reestruturação da agroindústria teve início em maio de 2024, após processo de orçamentos e solicitações de compras. A chegada destes começou em julho de 2024 e se estende até o presente momento. Por se tratarem de equipamentos de maior capacidade de produção (e por isso mais caros), o processo de compras aconteceu de forma mais lenta e complexa, o que fez com que a espera pelos equipamentos se estendesse por um prazo mais longo. Atualmente, a agroindústria da comunidade já recebeu freezer, processador de alimentos, fritadeira água e óleo 20L, Liquidificador industrial 18L, 2 fogões industriais de baixa pressão 4 bocas, lavadora de alta pressão profissional, balança digital eletrônica 300Kg, balança digital eletrônica 30Kg, despulpadeira de frutas, envazador de líquidos e pastosos e duas mesas de manipulação em aço inox. A Comunidade ainda aguarda a chegada de um tacho de cozimento elétrico de 100L e de uma seladora.

Na Comunidade Candonga as atividades tiveram início em outubro de 2023 e caminharam com periodicidade mensal, o que permitiu que as ações acontecessem de forma organizada, seguindo um cronograma construído com a Comunidade a partir das demandas coletivas e da disponibilidade das associadas e associados envolvidos. Isso possibilitou que se estabelecesse uma sólida relação dialógica e verticalizada, que evoluiu para um importante vínculo de confiança. A Associação Comunitária Candonga que estava inicialmente desmobilizada com apenas 6 famílias associadas, atualmente conta com 24 famílias associadas, retornou com as assembleias, realizou eleição para nova diretoria e retomou as ações de produção na cozinha comunitária, bem como a realização da feira semanal nos finais de semana.

É importante ressaltar que a Associação Comunitária Candonga já age de forma autônoma em diferentes frentes, como na organização de cursos formativos direcionados para a comunidade e eventos (almoços comemorativos, feijoadas, rifas, etc) enquanto estratégias de arrecadação de recursos para realizar os ajustes necessários para que a cozinha seja adequada para atuar de forma plena e segundo as normas da vigilância sanitária. Ademais, alguns associados/as tem se organizado em frentes de trabalho

focadas em atuar na elaboração de projetos para concorrer a editais de fomentos em benefício da cozinha comunitária.

A Cozinha Comunitária Candonga já recebeu quase todos os equipamentos demandados através da lista coletivamente construída. Atualmente conta com freezer, processador de alimentos, amassadeira semi-rápida 25kg, cilindro de massa industrial, batedeira planetária industrial, liquidificador 8L, fritadeira elétrica 10L, seladora à vácuo, fogão industrial de baixa pressão 4 bocas, balança digital eletrônica 30 Kg, estante inox com 6 prateleiras, cuba de lavagem industrial e aguarda a chegada da despulpadeira de frutas 20L.

Na Comunidade do Guaraguaçu, as ações do projeto iniciaram-se em outubro de 2023 através da aproximação com a liderança da Comunidade. Porém, naquele momento, a ausência de um local que funcionasse como cede para o funcionamento da associação comunitária foi um fator limitante para que a cozinha comunitária acontecesse no território, bem como as reuniões, assembleias e atividades que deveriam acontecer para fortalecer e mobilizar a comunidade.

Atualmente, a associação ocupa o espaço onde outrora funcionou uma escola municipal, mas ainda aguarda a concessão do termo de cessão para regularizar seu direito ao uso. Este espaço que agora funciona como núcleo organizativo possibilitou o retorno das atividades periódicas da associação, que luta pelo fortalecimento da coletividade por meio da aderência dos moradores da comunidade, além de reacender o sonho antigo de conquistar a cozinha comunitária para o território.

O quadro 1, a seguir, elenca as ações do projeto realizadas nos territórios até o presente momento.

Quadro 1: Ações do NAPI Alimento e Território realizadas junto às Comunidades Candonga, Guaraguaçu e José Lutzenberger nos anos de 2023, 2024 e 2025 no Litoral do Paraná.

Ação do projeto na comunidade	Comunidades
Reunião de aproximação com a Comunidade e apresentação do espaço físico onde funciona Agroindústria e a Cozinha Comunitária	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga, Comunidade do Guaraguaçu.
Reunião de Apresentação do projeto	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga, Comunidade do Guaraguaçu.
Aplicação do questionário semiestruturado	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade

	Candonga, Comunidade do Guaraguaçu.
Reunião Varal dos Sonhos; construção do plano de ação e levantamento coletivo da lista de equipamentos para a Cozinha Comunitária em ordem de prioridade	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga.
Oficina de Associativismo	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga, Comunidade do Guaraguaçu.
Mutirão e Oficina de construção em bambu.	Comunidade Candonga.
Sessão plenária Câmara dos Vereadores de Morretes: Reconhecimento da Associação Comunitária como utilidade pública	Comunidade Candonga, Comunidade do Guaraguaçu.
Reunião para apresentação e descrição dos equipamentos em processo de compras e organização e ajustes do espaço físico para recebê-los	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga.
Oficina de Atualização do Regimento Interno da Cozinha Comunitária.	Comunidade Candonga.
Oficina de construção do regimento interno da Agroindústria	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.
Curso de Boas práticas de fabricação de alimentos.	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga
Oficina de construção coletiva da identidade visual.	Comunidade Candonga.
Oficina de Rotulagem	Comunidade Candonga.
Curso de Derivados de Mandioca, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Paraná (SENAR-PR)	Comunidade Candonga.
Curso de Derivados do Milho, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Paraná (SENAR-PR)	Comunidade Candonga.
Reunião de organização das ações para 2025 e entrega das etiquetas de patrimônio para os equipamentos recebidos	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga
Oficina de Construção coletiva do Layout das unidades de processamento (Cozinha e Agroindústria)	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, Comunidade Candonga
Oficina de precificação	Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger

Fonte: NAPI, 2025.

As ações do projeto nos territórios até o presente geraram impactos, especialmente no fortalecimento das ações coletivas e no empoderamento comunitário. Dessa forma foi

possível observar que, do final de 2023 até o momento atual, as três comunidades parceiras tiveram um aumento na aderência e participação de novos e antigos integrantes, aumentando seu potencial organizativo, tornando-se mais ativas e capazes de identificar e priorizar demandas locais.

Esta significativa mudança de cenário só foi possível devido ao sentimento de pertencimento dos atores envolvidos, impulsionado por ações coletivas, como no caso da Comunidade Candonga e Comunidade do Guaraguaçu, e pelo engajamento da juventude, como vem acontecendo na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, que trouxe centralidade e renovação. Esses resultados reforçam que a transformação social efetiva emerge quando os processos são liderados pelas próprias comunidades, com o projeto atuando como facilitador e não como protagonista.

Essas vivências, distintas em seus ritmos e desafios, mostram que as transformações e evoluções não dependem apenas da conquista de objetivos tangíveis, mas no processo de caminhar juntos, de reconhecer as diferenças e de aprender. E é nesse caminhar, cheio de incertezas e possibilidades, que se reestrutura não apenas cozinhas comunitárias e agroindústrias, mas um território vivo, pulsante e cheio de sonhos.

5 CONCLUSÃO

As ações do projeto NAPI Alimento e Território são guiadas por um princípio democrático, sempre priorizando o fortalecimento comunitário. Assim, cada passo dado em direção da reestruturação das unidades de processamento por meio do empoderamento das comunidades, contribui de forma efetiva no fortalecimento dos vínculos e na reconstrução das identidades locais.

Nesta perspectiva, o fortalecimento comunitário emerge como um instrumento do desenvolvimento territorial sustentável, permitindo que os atores sociais resgatem suas identidades territoriais, se reconectando com o território e tomando consciência sobre a estreita relação entre suas práticas socioprodutivas e o ambiente que as sustenta.

Agradecimentos: A Fundação Araucária pelo apoio financeiro e as famílias agricultoras integrantes do projeto NAPI Alimento e Território.

REFERÊNCIAS

ALBARELLO, E. P.; JUNIOR, C. A.; DEPONTI, C. M. Ativação territorial das agroindústrias rurais familiares na Região do Alto Médio Uruguai. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 7(3), 143-170, 2019.

ALVES, F. K. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Um projeto piloto na comunidade do entorno da micro-bacia do Rio Sagrado Morretes, Paraná. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Regional de Blumenau, 2008.

BOUCHER, F.; GONZÁLEZ J., A., R. **Guía metodológica para la Activación Territorial con enfoque de Sistemas Agroalimentarios Localizados**. México/DF: IICA; CIRAD, 2013.

MOREIRA, C., A., B.; CRODA, J., P.; DE QUADROS, D., A. Pesquisa-ação e o fortalecimento comunitário: o estudo de caso da Associação Comunitária Candonga em Morretes, PR. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 2, p. 340-361, 2024.

DE CAMPOS, C., V.; GOMES, A., L.; LOPES, P., R. Atuação do NAPI Alimento e Território por meio da Pesquisa-Ação na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger em Antonina/PR. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 2, p. 273-295, 2024.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. **Ativação de Recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. Territórios e Territorialidades: A preaxis na construção do desenvolvimento**. Cascavel. Edunioeste. 2019.

DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução de Michel Thiollent. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

DO NASCIMENTO, E., C.; DENARDIN, V., F.; DE QUADROS, D. A. Pesquisa-ação, pesquisa participante e investigação-ação participativa: semelhanças e diferenças. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 46, n. 3, p. e71874, 2024.

FOGUESATTO, Cristian Rogério; SARTORELLI, Anderson. Uma síntese dos elementos da tomada de decisão em organizações agroindustriais familiares. **Gestão e planejamento de agroindústrias familiares**, p. 61, 2018.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Nota técnica n. 01/2019. Novos arranjos de pesquisa e inovação –NAPI. Curitiba: Fundação Araucária, 2019.

FURTADO, C. Os Desafios da Nova Geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 483–486, 2004. <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>

LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. **Revue d'Économie Régionale et Urbaine**. Bordeaux, ASRDLE, n° 5, p. 837- 847. 1985.

MAGNAGHI, A. **Le projet local**. v. 44. Editions Mardaga, 2003.

MIOR, L.C. **Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada.** Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. **Litoral do Paraná: território e perspectivas.** 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, v. 3, p. 41-92, 2018.

PECQUEUR, B.; COLLETIS, G. Intégration des espaces et quase intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, p. 489-508, 1993.

PERROUX, F.; TOSI, M. J. C.; RIGHINI, A. **L'economia del XX secolo.** Etas Kompass, 1969.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa Estadual de Agroindústria Familiar. Manual Operativo. Porto Alegre, maio 2013.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL. com): um projeto piloto na comunidade do entorno da microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR). **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 15, n. 1, p. 30-42, 2013.

TIEPOLO, L. M.; DENARDIN, Valdir Frigo. Desenvolvimento territorial sustentável: uma nova experiência na Mata Atlântica. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, [S. l.], v. 13, n. 32, 2017. DOI: 10.21713/2358-2332.2016.v13.1092. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1092>. Acesso em: 6 out. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília, DF: MDA; Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. p. 6-7. Recebido em: 30/08/2024
Aprovado em: 10/10/2024